

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

23/10/2015

Valor Econômico

União recupera apenas 1,5% do total da dívida ativa

Valor Econômico - 23/10/2015

Edna Simão e Juliano Basile | De Brasília

A taxa média de recuperação da dívida ativa da União continua extremamente baixa e está em 1,5% do total. De janeiro a agosto deste ano, foram recuperados R\$ 9,2 bilhões em impostos devidos. Em 2014, esse valor correspondeu a R\$ 20,6 bilhões e, em 2013, a R\$ 8,1 bilhões.

A recuperação não cresceu, mesmo com a abertura de programas de parcelamentos, como o Refis, nos últimos anos; a dívida ativa da União permanece grande. Em agosto, o estoque totalizava R\$ 1,5 trilhão. Deste total, a dívida tributária soma R\$ 1,1 trilhão, a previdenciária atinge R\$ 339 bilhões e a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) R\$ 8,1 bilhões.

Diante do cenário de aperto fiscal e frustração de receitas, a equipe econômica está buscando formas para alavancar a arrecadação de tributos. Entre as ideias defendidas pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, está a atualização da Lei de Execução Fiscal, que é de 1980, e concentrar ainda mais a cobrança sobre grandes empresas.

Já a venda ou securitização da dívida ativa da União não seria, na avaliação da Fazenda, uma medida eficaz. "É melhor investir nos sistemas de cobrança", afirmou ao Valor o diretor de gestão da dívida ativa da Procuradoria Nacional da Fazenda Nacional (PGFN), Luiz Roberto Beggiora.

A securitização da dívida foi defendida por líderes de partidos da base aliada no Congresso como solução alternativa à cobrança de CPMF. Mas, segundo Beggiora, a União teria que vender essa dívida com um deságio enorme, o que implicaria em perda de receita futura. No curto prazo, a medida poderia ajudar na entrada imediata de recursos, mas seria um benefício temporário. Além disso, as instituições financeiras não têm acesso a bancos de dados da Receita e Polícia Federal, entre outros, para conseguir agilizar a cobrança. Atualmente, quando um tributo é questionado, são necessários, em média, de cinco a sete anos para o caso sair da delegacia da Receita para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Segundo Beggiora, esse prazo não seria alterado com a securitização da carteira da dívida ativa para as instituições financeiras.

O diretor lembrou ainda que a securitização de carteira está sendo questionada por tribunais de contas que consideraram a operação como um empréstimo, infringindo a Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF). "A venda da dívida ativa tem que ser objeto de estudo aprofundado sobre o impacto. É preciso fazer uma análise de todos os cenários", afirmou Beggiora.

Mesmo contrária à securitização da carteira da dívida ativa, a PGFN tem um contrato com o Banco do Brasil para a cobrança de crédito rural. Nele, a instituição cobra em nome da Procuradoria. Segundo Beggiora, a taxa média de recuperação desses créditos é de 20%. Ele explica, no entanto, que, nesse caso, não houve uma securitização da carteira. O BB foi contratado, por ter capilaridade e conceder crédito rural, apenas para a cobrança -, o que é diferente da venda ou da securitização.

Do total da dívida ativa de R\$ 1,5 trilhão, R\$ 90,7 bilhões já estão parcelados, dos quais R\$ 62,2 bilhões são dívidas tributárias, R\$ 27,5 bilhões são previdenciárias e R\$ 1 bilhão vem do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ao todo, a Justiça suspendeu R\$ 53 bilhões em débitos e a maior parte desse montante envolve grandes empresas.

A parcela da dívida ativa que está crescendo de forma mais rápida é justamente a dívida tributária. Entre 2010 e agosto deste ano, esse débito tributário saltou de R\$ 680 bilhões para R\$ 1,1 trilhão. Na avaliação do diretor da PGFN, esse aumento está relacionado ao fato de muitas empresas aderirem a parcelamentos especiais e depois abandonarem o programa, o que atrapalha a cobrança. Além disso, houve uma elevação dos autos de infração.

Beggiora defendeu o fortalecimento da PGFN para garantir uma recuperação mais efetiva dos débitos inscritos em dívida ativa. "Nós temos conhecimento jurídico, procuradores concursados, redes e sistemas de cobrança", concluiu.

Correio Braziliense

Funcionários processados

Correio Braziliense - 23/10/2015

CELIA PERRONE

A Corregedoria-Geral do Ministério da Fazenda abriu ontem o primeiro processo administrativo disciplinar contra servidores investigados pela Operação Zelotes, que desvendou um esquema de CORRUPÇÃO para beneficiar empresas com dívidas tributárias.

Sem divulgar o nome dos acusados, a Corregedoria limitou-se a dizer que o processo trata de negociações para a realização de "pedido de vista por conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) com promessa de vantagem econômica indevida, em processo cujo crédito tributário soma aproximadamente R\$ 113 milhões em valores atualizados até setembro de 2014".

A Operação Zelotes, que ganhou o noticiário em março deste ano, investiga a manipulação

de julgamentos do **Carf**, ligado ao Ministério da Fazenda. Última instância, na esfera administrativa, à qual o contribuinte pode recorrer para reverter dívidas com a Receita Federal, o órgão acumula cerca de 105 mil processos, cujo valor ultrapassa R\$ 520 bilhões.

O **Carf** foi objeto de investigações da Polícia Federal (PF), do MINISTÉRIO PÚBLICO da União (MPU) e da Receita Federal. Estima-se que o esquema tenha causado prejuízo de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos. Atualmente, há 74 processos em investigação, envolvendo R\$ 19 bilhões em dívidas de grandes empresas.

Agência Carta Maior

RBS, afiliada da Globo, pagou R\$ 11,7 milhões para conselheiro do CARF

NAJLA PASSOS

A Operação Zelotes apura o envolvimento de funcionários públicos e empresas no esquema de fraude fiscal que pode ter causado um prejuízo de R\$ 19,6 bilhões

Documentos sigilosos vazados nesta quinta (22) comprovam que o Grupo RBS, o conglomerado de mídia líder no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pagou R\$ 11,7 milhões à SGR Consultoria Empresarial, uma das empresas de fachada apontadas pela Operação Zelotes como responsáveis por operar o esquema de tráfico de influência, manipulação de sentenças e corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**CARF**), o órgão vinculado ao Ministério da Fazenda que julga administrativamente os recursos das empresas multadas pela Receita Federal.

A SCR Consultoria Empresarial é umas das empresas do advogado e ex-conselheiro do **CARF**, José Ricardo da Silva, indicado para compor o órgão pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e apontado pela Polícia Federal (PF) como o principal mentor do esquema. Os documentos integram o Inquérito 4150, admitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na última segunda (19), que corre em segredo de justiça, sob a relatoria da ministra Carmem Silva, vice-presidente da corte.

Conduzida em parceria pela PF, Ministério Público Federal (MPF), Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda e Receita Federal, a Operação Zelotes, deflagrada em março, apurou o envolvimento de funcionários públicos e empresas no esquema de fraude fiscal e venda de decisões do **CARF** que pode ter causado um prejuízo de R\$ 19,6 bilhões aos cofres públicos. Segundo o MPF, 74 julgamentos realizados entre 2005 e 2013 estão sob suspeição.

As investigações apontam pelo menos doze empresas beneficiadas pelo esquema. Entre elas a RBS, que era devedora em processo que tramitava no **CARF** em 2009. O então conselheiro José Ricardo da Silva se declarou impedido de participar do julgamento e, em junho de 2013, o conglomerado de mídia saiu vitorioso. Antes disso, porém, a RBS transferiu de sua conta no Banco do Rio

Grande do Sul, entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, quatro parcelas de R\$ 2.992.641,87 para a conta da SGR Consultoria Empresarial no Bradesco.

Dentre os documentos que integram o Inquérito 4150 conta também a transcrição de uma conversa telefônica entre outro ex-conselheiro do Carf, Paulo Roberto Cortez, e o presidente do órgão entre 1999 e 2005, Edison Pereira Rodrigues, na qual o primeiro afirmava que José Ricardo da Silva recebeu R\$ 13 milhões da RBS. "Ele me prometeu uma migalha no êxito. Só da RBS ele recebeu R\$ 13 milhões. Me prometeu R\$ 150 mil", reclamou Cortez com o então presidente do Carf.

Suspeitos ilustres

Os resultados das investigações feitas no âmbito da Operação Zelotes foram remetidos ao STF devido às suspeitas de participação de duas autoridades públicas com direito a foro privilegiado: o deputado federal Afonso Motta (PDT-RS) e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes. O deputado foi vice-presidente jurídico e institucional da RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul. Os termos de sua participação no esquema ainda são desconhecidos.

Nardes, mais conhecido por ter sido o relator do parecer que rejeitou a prestação de contas da presidenta Dilma Rousseff relativa ao ano de 2014, por conta das polêmicas "pedaladas fiscais", é suspeito de receber R\$ 2,6 milhões da mesma SGR Consultoria, por meio da empresa Planalto Soluções e Negócios, da qual foi sócio até 2005 e que ainda hoje permanece registrada em nome de um sobrinho dele.

Processo disciplinar

Nesta quinta (22), a Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda anunciou a instalação do primeiro processo disciplinar suscitado pelas investigações da Operação Zelotes. Em nota, o órgão informou que o caso se refere a uma negociação para que um conselheiro do CARF pedisse vistas de um processo, sob promessa de vantagem econômica indevida, em processo cujo crédito tributário soma cerca de R\$ 113 milhões em valores atualizados até setembro.